

| 1228 | PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E SUSTENTABILIDADE URBANA: TEORIA *VERSUS* PRÁTICA NO CONTEXTO DA COPA DO MUNDO 2014.

Germana Maria Santiago de Mello

Como definir desenvolvimento urbano sustentável? Rótulo de marketing urbano na competição global ou utopia a ser perseguida? Falsa questão ou novo discurso do planejamento contemporâneo? Poucos conceitos têm sido tão amplamente utilizados como o de desenvolvimento sustentável e, no entanto, esse aparente consenso revela mais imprecisão do que clareza em torno de seu significado.

(COSTA, 1999, p.55)

Resumo

Duas décadas após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, quando a Agenda 21 Global foi pactuada no Rio de Janeiro, os entraves e os desafios da sustentabilidade ainda persistem, impondo a todos uma reavaliação dos compromissos através dela assumidos. Nesse sentido, desde a “Rio 92”, o discurso da sustentabilidade vem ocupando cada vez mais espaço nos debates acerca do desenvolvimento. No entanto, ao que tudo indica, mesmo tendo sido palco desde grande evento, o Brasil segue firme rumo a um crescimento guiado sob a lógica desenvolvimentista pautado pelos antigos moldes de produção do espaço, agressivo, degradante, excludente, insustentável. Nesse contexto, a Copa do Mundo 2014, brota na Região Metropolitana do Recife muito mais como uma erva daninha do que como a ilusória perspectiva de “oportunidade”, de uma “muda” de transformação. Na cidade onde um campo de possibilidades, se vê travestida de feira de vaidades, a cidade vira palco de experimentos futuristas, onde questões políticas e interesses privados vêm se superpondo aos interesses da coletividade, deixando à teoria os conceitos do que vem a ser sustentável.

1. Introdução

Duas décadas após a *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, quando a *Agenda 21 Global* foi pactuada no Rio de Janeiro, os entraves e os desafios da sustentabilidade ainda persistem, impondo a todos uma reavaliação dos compromissos através dela assumidos. Alicerçada, sobretudo nos aspectos ambientais, econômicos e sociais, o documento se constrói na perspectiva de se atingir a sustentabilidade, no que tange, tanto a estruturação do espaço geográfico, quanto as relações sociais que nele se constituem. (AGENDA 21, 1999, p.11)

Em pauta, permanecem os limites de um desenvolvimento que deve ir além do papel do mercado e dos governos e que ressalte a melhoria da qualidade de vida da população, devendo, portanto, estar na base de políticas que representem um princípio para a organização das sociedades sustentáveis e o reordenamento dos governos.

Em Pernambuco, a *Agenda 21* se constitui na perspectiva de mudança no que tange a elaboração de políticas públicas, para um desenvolvimento sustentável que ultrapasse os limites de uma agenda ecológica, partindo de uma visão sistêmica articulando o planejamento aos setores socioambientais e econômicos. O instrumento “Agenda 21” trata de um plano de ação estratégico para promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento global (sustentável).

Nesse sentido, desde a “Rio 92”, o discurso da sustentabilidade vem ocupando cada vez mais espaço nos debates acerca do desenvolvimento. No entanto, ao que tudo indica, mesmo tendo sido palco desde grande evento, o Brasil segue firme rumo a um crescimento guiado sob a lógica desenvolvimentista pautado pelos antigos moldes de produção do espaço, agressivo, degradante, excludente, insustentável.

Nesse contexto, a Copa do Mundo 2014, brota na Região Metropolitana do Recife muito mais como uma erva daninha do que como a ilusória perspectiva de “oportunidade”, de uma “muda” de transformação. A cidade “campo de possibilidades”, se vê travestida de feira de vaidades, virando palco de experimentos futuristas, onde questões políticas e interesses privados vêm se superpondo aos interesses da coletividade, deixando à teoria os conceitos do que vem a ser sustentável.

2. A lógica desenvolvimentista do planejamento estratégico metropolitano: crescimento integrado ou espacialização de interesses privados?

Disputada desde 1930 a Copa do Mundo FIFA de Futebol já foi realizada 19 vezes, em 15 diferentes países, e pode ser considerado um dos torneios mais importante e com maior número de espectadores do mundo. Como manifestação máxima do futebol, o evento além de coroar os melhores times, é, na medida em que se apropria de outros territórios, importante vitrine de promoção internacional das cidades que se candidatam a sediá-la.

Assim como outros megaeventos esportivos, como os Jogos Pan americanos e as Olimpíadas, a Copa do Mundo passou a exercer papel importante, e por vezes decisivo, no que tange a transformação urbana das cidades, a partir do momento que demanda qualidade

de infraestruturas - sobretudo de mobilidade - que viabilizem sua realização, além das Arenas onde serão realizados os jogos. Do serviço ao lazer, da hospedagem à mobilidade, da hospitalidade ao espaço físico da cidade, a Copa do Mundo é agente transformador em potencial. Estrutural, ambiental e humano.

Nesse contexto, com a decisão da FIFA, em 2007, de tornar o Brasil sede da Copa do Mundo de Futebol 2014, deu-se início a corrida, em várias cidades brasileiras, para tornarem-se subsedes deste megaevento esportivo. Na Região Metropolitana do Recife (RMR) as cidades vêm se transformando na perspectiva de também construir um legado a partir do evento.

No que diz respeito a transformação do espaço físico da cidade, ao contrário do que ocorre na maioria das subsedes do Brasil, a capital Pernambucana foge das transformações em núcleos urbanos já consolidados e propõe a construção da “Arena Pernambuco”, em São Lourenço da Mata (SLM), município vizinho à Recife, a partir de um planejamento estratégico, que tem como justificativa levar desenvolvimento à zona oeste da RMR.

Tendo o Governo considerado a necessidade de participação de investimentos do setor privado para viabilizar a construção da Arena, o projeto da Copa teria que ser incrementado, de forma a torná-lo mais atrativo. Para tanto, além deste equipamento, haveria de ter uma série de outras infraestruturas em seu entorno que fossem passíveis de serem exploradas economicamente pelos investidores. Assim, conveniu-se que o projeto tomasse as proporções de um Bairro e logo a ideia foi consolidada a partir do estabelecimento de uma Parceria Público-Privada¹ (PPP).

A “Cidade da Copa”, “primeira ‘Smart City’ da América Latina”, que conceitualmente se firma na proposta de um desenvolvimento inteligente e sustentável, deixa claro seu papel fundamental no “City marketing” e sua função de legitimar os projetos políticos e das “ações pró copa”, ao mesmo tempo em que retrata o protagonismo (e interesses) privado nas recentes transformações urbanas da cidade, e, sobretudo, faz questionar o modelo de desenvolvimento a que esta atualmente se submete.

¹ Contrato de prestação de serviços (modalidade patrocinada ou administrativa) de médio e longo prazo (de 5 a 35 anos) firmado pela Administração Pública. Pela Lei nº 11.079/04, de dezembro de 2004, há a possibilidade de combinar a remuneração tarifária com o pagamento de contraprestações públicas, como ocorre no caso da PPP Arena Pernambuco, Cidade da Copa. A concessão é da modalidade patrocinada uma vez que a remuneração do parceiro privado vai envolver a tarifa cobrada dos usuários - ingressos para jogos e show realizados na Arena -, adicionalmente ao pagamento de R\$ 3,9 milhões por ano que o Estado vai desembocar ao consórcio, uma vez que a estimativa é de que a receita gerada pelos eventos previstos não pagaria todos os custos de empréstimo e amortizações. (CASTRO, Gleice. 2012)

Interesses estes que rápida e claramente se percebem quando a construção desta nova centralidade urbana ocasiona uma repentina (e alta) valorização da terra e o consequente aumento do interesse nas áreas do entorno da Cidade da Copa, fazendo elevar ainda mais o preço do solo e aquecendo o mercado imobiliário até então pouco expressivo.

A cidade de SLM vira cenário de uma corrida da construção civil nunca vista anteriormente, tendo como representação principal, os empreendimentos do programa “Minha Casa, Minha Vida” (MCMV) do Governo Federal.

A facilidade do financiamento pelo MCMV, as qualidades inerentes ao local, bem como o fator potencializador da “Copa” – como um novo vetor de crescimento e expansão da cidade que trás consigo melhorias de infraestrutura para uma área até então esquecida – parecem contribuir para que, oferta e demanda, caminhem de maneira progressiva.

Apesar de, por um lado, esse crescimento ser bastante positivo para a região – uma vez que passa a receber investimentos que provavelmente não chegariam tão cedo –, por outro, a estratégia que soma as forças do Estado e da iniciativa privada para viabilizar o evento, tem repercussões que vão além das intervenções pontuais de infraestrutura, mobilidade e da “Cidade da Copa” em si. A união destes dois fatores cria uma potência de “mercantilização” seja da “cidade para o mundo”, seja do produto imobiliário para a população local, que desconserta a dinâmica natural da região, promovendo transformações que fogem aos princípios do desenvolvimento sustentável, passando por cima do meio ambiente e da sociedade, em prol de um desenvolvimento que mergulha fundo nas vantagens econômicas advindas da reprodução do capital privado.

3. “Smart City”: a cidade inteligente também é verde... Mas é cidade sustentável?

Lugar para morar, trabalhar, aprender e se divertir. Muito além de uma Arena, nasce um novo centro urbano em Recife.

CIDADE DA COPA - Conheça a 1ª Smart City da América Latina.

Inteiramente planejada, a Cidade da Copa será concebida com a presença de alta tecnologia. O projeto favorece a segurança e a sustentabilidade do ambiente. E proporciona um equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a presença dos recursos naturais. (Chamadas de Marketing da “Cidade da Copa”, em seu site oficial.

Disponível em: <http://www.odebrechnacopa.com.br/cidadedacopa/>, site oficial da Cidade da Copa, empresa Odebrecht)

Dotada de toda infraestrutura necessária para atender a população com maior conforto, comodidade e segurança, a Cidade da Copa é, ao que parece, o maior “legado” da Copa no Recife.

Com cerca de 300 ha a serem completamente explorados pelo setor privado - durante os próximos 30 anos -, a cidade se configura tendo em vista a implantação das mais novas tecnologias do mundo, na busca de um status que lhe legitima e lhe serve de Marketing: “A primeira cidade inteligente da América Latina”, e cujo slogan é: “*Lugar para morar, trabalhar, aprender e se divertir. Uma cidade capaz de unir tecnologia e natureza, trabalho e lazer, estudo e diversão*”.

Além da já tradicional “arena multiuso”, que amplia o leque de possibilidades de exploração dessa grande estrutura esportiva, o objetivo é ir além e se arriscar na criação de uma nova centralidade urbana, que conta com áreas de lazer, estudo e trabalho, além de uma grande parcela para exploração imobiliária, utilizando-se do conceito de “*cidade verde*” e da mercantilização da “*qualidade de vida*”.

O projeto está previsto para acontecer em quatro fases, estando a primeira delas prevista para ser concluída a tempo da Copa, em 2014 - contando com a arena multiuso - Arena Pernambuco, com capacidade para um público de 46 mil pessoas e 4.700 vagas de estacionamento - uma praça de celebração, Shopping Center, bares, restaurantes e cinemas, centro de convenções, hotel com 300 quartos, campus educacional e instalações de segurança do governo - e as demais fases previstas para serem executadas até 2025, o que corresponde aos empreendimentos residenciais, empresarias (torres de escritórios), comerciais, centro de convenções, hotéis, escolas de ensino fundamental, escola de ensino médio, parques, playgrounds e áreas de convivência. Além, é claro, da segurança, mobilidade e da “sustentabilidade ambiental”, que sede pontos positivos ao empreendimento, como colocado no site oficial da Cidade da Copa, da empresa Odebrecht:

- *Segurança*: Central de comando e controle de toda a Cidade da Copa através de imagens e informações;
- *Mobilidade*: Incentivo ao uso do transporte público e alternativo. Faixas dedicadas para pedestres e ciclistas;
- *Preservação Ambiental*: São 240 há construídos às margens do Rio Capibaribe. Mais da metade destinada a parques, espaços verdes e abertos, preservando também a vegetação nativa;

Embora dita “verde”, é questionável os argumentos de sustentabilidade – seja ambiental, seja social – de que se apropria o empreendimento. A concentração e variedade de usos, apesar de encurtar distâncias e “pedestrializar” a cidade, torna o modelo excludente, a partir do momento em que o planejamento e o ideário se encerram dentro dos limites da gleba, no perímetro de responsabilidade da empresa.

Enquanto por um lado se vem essas intervenções com bons olhos, - talvez como reflexo de um suposto “crescimento” da cidade e do Estado - , por outro, vale atentar para os impactos sociais e ambientais que tais intervenções trarão para as localidades diretamente afetadas, como no caso do município em questão: lugar ambientalmente e socialmente vulnerável, de ocupações esparsas e população predominantemente de baixa renda, e que tem como grande perspectiva para o desenvolvimento local, a atração de uma série de equipamentos que, pelo porte e perfil anunciados, deverão atender prioritariamente a uma população alto padrão socioeconômico.

Seja pela falta de protagonismo do Estado, seja pela falta de políticas públicas que pulverizem as iniciativas na região, é fato que, ao que tudo indica, a Cidade da Copa terá o diferencial de planejamento maquiadamente sustentável. Inteligente apenas no que diz respeito às novas tecnologias para o consumo. Autosuficiente na escala micro do seu perímetro, insustentável na escala macro, do seu entorno. O desafio será definir, a partir dos investimentos e incentivos públicos, como se dará o crescimento dessa centralidade, para onde e como expandir? Como incluir e não negar, o núcleo urbano consolidado, bem como as pessoas que dele fazem parte? Como prover infraestrutura, como controlar e incutir a consciência de práticas sustentáveis, e que o urbano não seja corrompido, como na nossa velha capital, pelas facilidades motorizadas do mundo moderno?

Por outro lado, o que se percebe é que, se não pelo início de uma transformação consciente da importância da sustentabilidade para a nossa permanência no mundo (e da responsabilidade individual e comunitária para uma concreta mudança de paradigma), é pelo poder atrativo do marketing – este que se apropria da sustentabilidade como produto vendável - que se nota que a Cidade da Copa consolida a emergência de formas urbanas capazes de expressar a existência desejavelmente crescente de cidades autosuficientes orientadas, sobretudo, para maior autonomia e econômica das localidades, fato que se comprova também nos novos Bairros planejados e Cidades planejadas na RMR.

Considerado o discurso do marketing verde de que a “Smart City” se apropria, vale lembrar que o conceito de sustentabilidade exposto é contestável a partir do momento em que para a execução das obras e para a própria viabilização do empreendimento se

ignoram todos os mecanismos e instrumentos de regulação e controle das atividades urbanas em benefício da urgência.

Se não um problema de conceituação, o que falta – seja ao setor público, seja ao privado – é o mínimo de consciência e vontade política de se incetivar práticas menos danosas ao meio ambiente (imagens 01 e 02).

Imagem 01: Panorâmica Cidade de São Lourenço da Mata à beira do Rio Capibaribe.

Imagem 02: Terraplanagem do terreno da futura “Cidade da Copa”.



Fonte: Acervo próprio



Fonte: Acervo próprio

Nesse contexto, como afirma ACSELRAD (1999):

Não podemos deixar de associar também o recurso à noção de sustentabilidade urbana a estratégias de implementação da metáfora cidade-empresa que projetam na “cidade sustentável” alguns dos supostos atributos de atratividade de investimentos, no contexto da competição global. Conduzir as cidades para um futuro sustentável significa neste caso “promover a produtividade no uso dos recursos ambientais e fortalecer as vantagens competitivas” (Durazo, 1997, p.51). Com maior ou menos vinculação às perspectivas de planejamento “empresarial” das cidades, a noção de sustentabilidade oferecerá a oportunidade para a legitimação de uma “ecocracia” emergente, favorecida em particular pela criação de novas instâncias governativas e regulatórias voltadas para o tratamento da questão ambiental, em geral, e ambiental urbana, em particular. (p.81)

Em paralelo a construção desta nova centralidade urbana, a alta valorização e interesse repentino nas áreas do entorno da Cidade da Copa, fez elevar o valor da terra e aquecer o mercado imobiliário local que, através de um marketing imobiliário apelativo - que pega carona no crescimento, na visibilidade proveniente da Copa - a cidade de SLM vira cenário de uma corrida da construção civil nunca vista anteriormente. Corrida esta, que tem como representação principal, os empreendimentos financiados pelo programa “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV).

4. Novos empreendimentos imobiliários e impactos socioambientais

Tecido este contexto, convém reforçar o repentino aumento das ofertas de novas habitações no município de São Lourenço da Mata e o conseqüente aquecimento de um mercado imobiliário até então pouco expressivo. Fato este que, não seria de estranhar se considerados os aspectos bastante atrativos da região: área periférica ainda pouco explorada, que guarda grande quantidade de áreas verdes. A apenas 19 km de distância do centro do Recife, as melhorias de infraestrutura e do sistema de transporte público de passageiros, além do grande potencial de construção, só fazem agregar valor ao local, contribuindo de maneira decisiva para o aumento da demanda por novas moradias.

Neste contexto, vale destacar o perfil excludente destes novos empreendimentos, até então estranhos para a região. Ao que parece a nova “cidade planejada” vem se somar a grande leva de pequenos núcleos urbanos planejados que se “empacotam” na forma de condomínios *clubs*, condomínios fechados e bairros planejados. Hoje uma febre na RMR, esse recente modelo de ocupação urbana, vem como um elemento que consolidam e legitimam as grandes intervenções e equipamento nas cidades, como no caso do Complexo Portuário de SUAPE (CIPS), em Ipojuca, e a Fábrica da FIAT e o polo Farmacoquímico em Goiânia, onde a instalação e/ou crescimento de grandes polos de atração estimularam a construção de “bairros planejados”.

Se antes predominava nas cidades de São Lourenço da Mata, tipologias habitacionais de pequenas casas e pequenas edificações - com no máximo três pavimentos (imagens 03 e 04) - hoje a expectativa é de que novas tipologias habitacionais e novos padrões construtivos (imagens 05 e 06) sejam introduzidos na cidade, onde, em vários casos, as construtoras incorporam as “vantagens” dos condomínios *club*, associados ao mote da Copa e às facilidades do programa “Minha Casa, Minha Vida”.

Imagem 03: Comunidade Cosme Damião em São Lourenço da Mata, próximo as obras da Copa.



Fonte: Acervo próprio

Imagem 04: Vista geral da cidade de São Lourenço da Mata



Fonte: Acervo próprio

Imagem 05: Conjunto Reserva São Lourenço, pronto, R\$111.000,00, 49m², 2 quartos, MCMV.



Fonte: Site imobiliária Portal Imóveis

Imagem 06: Residencial Região Metropolitana, pronto, R\$100.000,00, 41m², 2 quartos, MCMV



Fonte: Site imobiliária Portal Imóveis

Embora seja cedo para afirmar, fora a inevitável reconfiguração socioespacial da cidade – então digna do progresso – a expectativa é de que a junção destes fatores faça emergir fatalmente as diferenças, culturais – de modo de vida, de se relacionar com o meio, com os outros, com a cidade – e socioeconômicas – gentrificação do meio –, na segregação socioespacial e alteração do perfil social do uso do solo, tendendo ao favorecimento do aumento de casos de violência e exigindo maiores investimentos em segurança pública, gerando um ciclo vicioso recorrente nas grandes cidades.

5. Discursos da sustentabilidade urbana e do desenvolvimento sustentável: utopia ou possibilidade de transformação social?

Tendo como objetivo o entendimento dos discursos que impulsionam a atual forma de se planejar a cidade, tendo em vista a Copa do Mundo 2014 Brasil, na RMR, estes que são pautados, sobretudo:

- Na *sustentabilidade*: Considerando a importância que se dá a este aspecto no contexto global e considerando ainda a força de marketing que a temática adquiriu nos últimos anos.
- E, no *desenvolvimento urbano local*: Legitimando as ações políticas, econômicas e sociais, em prol do evento.

Foram consideradas nessa etapa dois artigos de diferentes autores, que abordam o aspecto da sustentabilidade como discurso e como prática.

É importante, no entanto, destacar, que o objetivo de se fazer alusão aos artigos, não implica necessariamente na correlação direta – seja por concordância ou discordância – dentre eles. Foram utilizados apenas como forma de ilustrar a proposta de desenvolvimento metropolitano em questão, que, aparentemente ruma em sentido oposto à proposta e a própria lógica da sustentabilidade como prática urbana.

De um lado, o texto “*Discursos da sustentabilidade urbana*”, de Henri Acselrad (1999), aborda a questão eminentemente prática da sustentabilidade, onde as ações desejadas e colocadas em prática são prioritárias, em detrimento da construção do conhecimento científico, este que gira em torno de conceitos que visam apenas explicar a realidade. A partir disso, considera que a sustentabilidade vem sendo incorporada a gestão da cidade, administrando a capacidade de adaptação - ou “resiliência” - das estruturas urbanas, sendo possível organizar o discurso da sustentabilidade em dois campos:

(...) de um lado, aquele que privilegia uma representação técnica das cidades pela articulação da noção de sustentabilidade urbana aos “modos de gestão dos fluxos de energia e materiais associados ao crescimento urbano”; de outro, aquele que define a insustentabilidade das cidades pela queda da produtividade dos investimentos urbanos, ou seja, pela “incapacidade destes últimos acompanharem o ritmo de crescimento das demandas sociais”, o que coloca em jogo, conseqüentemente, o espaço urbano como território político. (p. 79)

Por outro lado, em o “*Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos?*”, Heloisa Soares de Moura Costa (1999) trata da imprecisão do conceito da

sustentabilidade que, apesar de um aparente consenso, o termo, bem como a noção de *“desenvolvimento urbano sustentável”* traz consigo uma série de conflitos teóricos, tanto com a disparidade de forças – que apresentam origens e dinâmicas conflitantes - que envolvem as análises individuais, ambiental e urbana; quanto com a relação das formulações teóricas e a intervenções práticas *“traduzindo-se no distanciamento entre análise social/urbana crítica e planejamento urbano.”*. (p.55)

Na visão de ACSELRAD (1999), o discurso da sustentabilidade se divide em duas diferentes perspectivas. De um lado, o discurso desenvolvimentista busca como medida corretiva aos rumos de desenvolvimento urbano até então tomados, o esverdeamento das intervenções urbanas, a fim de assegurar sua vigência e legitimidade frente as novas *“exigências”* internacionais, sendo estas transformações resumidas, na maioria das vezes, em modelos de *“racionalidade ecoenergética”* ou de *“metabolismo urbano”*, como fator determinante da sustentabilidade.

Ainda considerando ACSELRAD:

A ineficiência ecoenergética pode ser traduzida também em termos de distribuição espacial inadequada à economia de meios, ou seja, como o resultado de uma imprópria distribuição locacional das populações e atividades no espaço urbano. A insustentabilidade decorreria assim das *“crescentes assimetrias entre a localização espacial dos recursos e da população, das pressões excessivas sobre o meio físico circundante e sobre os sistemas ecológicos regionais”* (Durazo, 1997, p.51). A sustentabilidade decorreria, neste caso, da redistribuição espacial da pressão técnica de populações e atividades sobre a base de recursos ambientais urbanos. A problemática malthusiana é aqui inscrita no quadro urbano, introduzindo a *“hipótese do limite da capacidade urbana”* e concentrando o foco nas estratégias de descentralização, a saber, na distribuição de funções das metrópoles para as regiões, das áreas metropolitanas internas para as áreas metropolitanas periféricas, do centro para os subcentros das cidades. (p.82)

Desta forma, apesar de se propor a ser modelo *“auto sustentável”* - a menos no que tange a questão energética - é contraditório pensar que a proposta da *“Smart City”* seja viável de se manter nesse universo quase utópico, uma vez que não é pensada de forma articulada com a Cidade circundante pré existente.

Considerando ainda que está se firma como vetor de uma expansão urbana da cidade do Recife, a tendência, a que tudo indica é que a cidade consolidada se incorpore, se funda, futuramente a ela, de forma a expor os constrates de “gestação” das multiplas realidades que meandram uma “periferia a ser incorporada ao centro”. De um lado, a cidade formal planejada, compacta e eficiente dentro de seus limites definidos em mapa; do outro, uma cidade formal que cresce na expectativa muitas vezes especulativa de uma oportunidade de ser parte dessa nova realidade urbana; do outro, uma cidade que beira a informalidade, que se acostuma a passos pequenos com o progresso e desenvolvimento; e ainda, a cidade informal que margeia a periferia das periferias metropolitanas.

Tais contrastes físicos, ambientais, sociais, tais realidades tão distintas, fazem dos envolvidos agentes atores e expectadores, voluntários ou involuntários, de uma transformação urbana por vezes progressista, por vezes extremamente danosa e segregadora, fruto de um planejamento urbano descontínuo e fragmentado. Neste contexto, tece-se a expectativa de um futuro de caos e insustentabilidade urbana a partir do aumento do custo de vida, da alteração do perfil social do uso do solo, do aumento do preço da terra (compra, venda e aluguel), da expulsão branca, do adensamento e crescimento (extensivo e intensivo) da cidade - sobretudo das áreas precárias -, da falta de infraestrutura urbana e a inevitável sobrecarga ambiental.

Muito embora a “Smart City” em SLM, esteja condizente teoricamente com as questões mencionadas por ACSELRAD (1999), onde ele sugere que é possível uma forma alternativa de cidade onde a sua dinâmica se ajuste ao modelo metabólico urbano composto por movimentos diferenciados - fluxos e meios de circulação, seja de pessoas, de recursos, ou informação - formando o que seria um “ecossistema das cidades” adaptado e “resiliente”, na *praxis* em verdade em nada se aproxima efetivamente ao conceito de resiliência.

O discurso sobre a sustentabilidade das cidades organiza-se, neste caso, pelo recurso à metáfora biológica da “resiliência”, que procura descrever a capacidade adaptativa dos “ecossistemas urbanos” para superarem a sua condição de vulnerabilidade ante a choques externos (Godard, 1996, p.33). Neste tipo de representação, a insustentabilidade expressaria a incapacidade de reprodução adaptativa das estruturas urbanas diante de rupturas nas condições materiais requeridas para tal reprodução. (p.83)

Se a sustentabilidade é sobretudo o equilíbrio entre consumo e reprodução, tendo por base as questões sociais, econômicas e ambientais, o modelo de desenvolvimento e

crescimento urbano proposto, apesar de apoiado no “marketing verde” e da “qualidade de vida” realizando o que se pode chamar de um processo de promoção da “economia da beleza em nome da beleza da economia” (Costa, 1997). (1999, p.84), ignora a territorialidade e os impactos negativos que o ritmo e a voracidade das intervenções causam nos elementos mais vulneráveis desse “ecossistema”..

Na visão de COSTA (1999, p.46-47) “A perspectiva de fazer durar a existência simbólica de sítios construídos ou sítios naturais ‘significados’, eventualmente ‘naturalizados’, pode inscrever-se tanto em estratégias de fortalecimento do sentimento de pertencimento dos habitantes a suas cidades, como de promoção de uma imagem que marque a cidade por seu patrimônio biofísico, estético ou cultural, em sentido amplo, de modo a atrair capitais na competição global.”. Nessa mesma perspectiva, os investidores privados (como figurantes do próprio sistema capitalista) vende um produto que, logo logo, será suplantado pela superexploração dos recursos.

6. Considerações Finais

“Para identificar a natureza e a origem dos modelos de cidade e de planejamento urbano hoje hegemônicos, o primeiro passo é entender que a ofensiva do pensamento neoliberal teve profunda influencia sobre as políticas urbanas. Enquanto o Consenso de Washington e o ajuste estrutural, tanto nos países centrais como nos periféricos, reconfiguravam as economias nacionais, um reajuste e um novo consenso urbano se impunham. No lugar do planejamento moderno, compreensivo, fortemente marcado por uma ação diretiva do Estado, expressa, dentre outros, nos zoneamentos e nos planos diretores, surgiu um planejamento dito estratégico, que se pretende flexível, amigável ao mercado (Market friendly) e orientado pelo e para o mercado (Market oriented).” (VAINER, C. 2011, p.11)

No que tange o planejamento urbano, no atual contexto de gestão metropolitana, é cabível pensar numa cidade que se produz tendo em vista pura e simplesmente a satisfação e lucro de uma pequena parcela de atores sociais. Uma cidade maquiada às pressas, se prepara para um evento cujo custo que se somará ao final, não será só o dos grandes investimentos do Governo, mas os custos sociais e ambientais que figuram nas entrelinhas do discurso desenvolvimentista.

Considerando os diversos atores que figuram na empreitada da Copa do Mundo em Recife, pode-se dizer que há um conjunto de discursos atrelados a interesses, se não comuns, convergentes. Numa estratégia que quase imita o “pão e circo”, fazem, numa única tacada, do Planejamento Urbano uma estratégia de reprodução do capital privado; de promoção internacional do país; e, de espetáculo, para uma sociedade que, ao fim da festa, tira do bolso o dinheiro para pagar a conta.

Ao que se sabe os conceitos que sustentam o ideário da “*Smartcity*” são incoerentes com a cidade já consolidada - seja Recife, seja São Lourenço da Mata -, sendo assim, dentro da perspectiva do planejamento urbano estratégico, onde “Quem diz “estratégia” diz hierarquia das “variáveis” a serem consideradas, algumas das quais têm uma capacidade estratégica e outras permanecem ao nível tático - também chamado de força suscetível de realizar essa estratégia na prática.” (LEFEBVRE, 2008, p.113), que nos faz refletir sobre as tais variáveis dos interesses obscuros intrínsecos no Planejamento Urbano dessa nova cidade: Qual a real perspectiva de se integrar, tanto o conceito, como a “coisa” concreta na urbanidade coerente e integrada que, em tese, configura uma centralidade, seja nova, seja velha?

Nesta perspectiva, consideremos o que diz Souza (2008, p. 303) “(...) o Marketing Urbano como instrumento informativo, deverá servir para mostrar, com a maior fidelidade possível, os resultados alcançados na busca por um desenvolvimento sócio-espacial autêntico (...)”. Assim sendo, é preferível acreditar que, mais do que uma transformação superficial e maquiada de embelezamento para uma propaganda internacional irreal, o grande legado da Copa do Mundo de 2014 em Recife, na verdade consiste na transformação da maneira estritamente econômica e política de se pensar a cidade. Que este seja o reflexo de uma forma inteligente de lidar com oportunidades reais de transformação, de lidar com os problemas da melhor maneira possível e saber aproveitar (e cuidar) as qualidades da cidade de maneira consciente e equilibrada, além de socialmente, ambientalmente e economicamente sustentável e justa.

Para isso, é importante se pensar em planejamento urbano não como instrumento ou meio de resolução de problemas e intervenções pontuais, mas sim como meio para se atingir o ideal de uma cidade onde as deficiências são reconhecidas, as forças potencializadas e onde a ordem e o progresso seja de fato um reflexo de uma vontade coletiva, cujos benefícios sejam territorialmente e socialmente distribuídos, que venham, de fato, para a grande maioria.

7. Bibliografia

ACSELRAD, Henri. 1999. **Discursos da sustentabilidade urbana**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. n^o 1. p. 79 – 90.

AGENDA 21 GLOBAL. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/> [Acessado em 25 de Julho de 2012].

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. 2011. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 192 p.

CASTELLS, Manuel. 1983. **A questão urbana**. Tradução: Arlene Caetano. 4. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra. Vol.48. Coleção Pensamento Crítico.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. 1999. **Desenvolvimento urbano sustentável: Uma contradição de termos?** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. n^o 2. p. 55 – 71.

LEFEBVRE, Henri. 2011. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5 ed. São Paulo, SP: Centauro Editora. 144 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. 2008. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 556 p.

BRASIL. 2008. Ministério do Esporte. Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esportes e de Lazer. **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília - DF.

MASCARENHAS, Gilmar. 2011. **O ideário urbanístico em torno do olimpismo: Barcelona (1992) e Rio de Janeiro (2007)**. O jogo continua: Megaeventos esportivos e Cidades. MASCARENHAS, G; BIENENSTEIN, G; SÁNCHEZ, F. Rio de Janeiro: EdUERJ. 302 p.

MASCARENHAS, Gilmar; BIENESTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda. (Org.) **O jogo continua: Megaeventos esportivos e cidades**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. 302 p.

VAINER, Carlos. 2011. **Prefácio**. O jogo continua: Megaeventos esportivos e Cidades. MASCARENHAS, G; BIENENSTEIN, G; SÁNCHEZ, F. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. 302 p.